



SUMÁRIO

<i>Histórico da Obra</i>	II
<i>Uma Homenagem Especial</i>	V
<i>Agradecimentos</i>	IX
<i>Nota do Autor à 13.ª Edição</i>	XI
<i>Prefácio</i>	XV
<i>Apresentação à 1.ª Edição</i>	XVII
1. (NEO)CONSTITUCIONALISMO	1
1.1. Alocação do Direito Constitucional	1
1.1.1. A classificação em “ramos do direito”	1
1.1.2. A superação da dicotomia “público-privado” — constitucionalização do direito privado	2
1.2. Constitucionalismo	3
1.2.1. Conceito	3
1.2.2. Evolução histórica	4
1.2.2.1. Constitucionalismo durante a Antigüidade	5
1.2.2.2. Constitucionalismo durante a Idade Média	5
1.2.2.3. Constitucionalismo durante a Idade Moderna	5
1.2.2.4. Constitucionalismo norte-americano	6
1.2.2.5. Constitucionalismo moderno (durante a Idade Contemporânea)	6
1.2.2.6. Constitucionalismo contemporâneo (durante a Idade Contemporânea)	7
1.2.2.7. Constitucionalismo do futuro: o que podemos esperar?	7
1.2.3. Esquematização do constitucionalismo	8
1.3. Neoconstitucionalismo	9
1.3.1. Aspectos iniciais	9
1.3.2. Pontos marcantes do neoconstitucionalismo	10
1.3.3. Marcos fundamentais para se chegar a um “novo direito constitucional” (neoconstitucionalismo)	12
1.4. Constitucionalismo e soberania popular	14
1.4.1. Aspectos gerais	14
1.4.2. Plebiscito <i>versus</i> referendo: experiências na história brasileira	16
1.4.2.1. Referendo para manutenção ou não do regime parlamentarista (1963) ...	16
1.4.2.2. Plebiscito para a escolha entre a forma (república ou monarquia constitucional) e sistema de governo (presidencialismo ou parlamentarismo) (1993)	17
1.4.2.3. Referendo para a manifestação do eleitorado sobre a manutenção ou rejeição da proibição da comercialização de armas de fogo e munição em todo o território nacional (2005)	17

1.4.3. O resultado do plebiscito ou do referendo pode ser modificado por lei ou emenda à Constituição?	20
1.4.4. Quadro comparativo: plebiscito <i>versus</i> referendo	21
1.5. Questões	21

2. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS E HISTÓRICO..... 25

2.1. Conceito	25
2.1.1. Sentido sociológico	25
2.1.2. Sentido político.....	25
2.1.3. Sentido material e formal	25
2.1.4. Sentido jurídico	27
2.1.5. Sentido culturalista	29
2.1.6. Constituição aberta	29
2.1.7. Elementos integrantes (componentes ou constitutivos) do Estado.....	30
2.2. Constitucionalização simbólica	30
2.2.1. Aspectos iniciais.....	30
2.2.2. Legislação simbólica	31
2.2.2.1. Confirmação de valores sociais	31
2.2.2.2. Demonstração da capacidade de ação do Estado no tocante à solução dos problemas sociais (legislação-álibi).....	32
2.2.2.3. Adiamento da solução de conflitos sociais através de compromissos dilatórios	33
2.2.2.4. Efeitos sociais latentes ou indiretos da legislação simbólica	33
2.2.3. Constitucionalização simbólica.....	34
2.2.4. Constitucionalização simbólica como alopoiese do sistema jurídico.....	34
2.2.5. Neoconstitucionalismo, ativismo judicial e a concretização das normas constitucionais	35
2.3. Classificação (tipologia)	36
2.3.1. Quanto à origem (distinção entre “Constituição” e “Carta”)	36
2.3.2. Quanto à forma	38
2.3.3. Quanto à extensão.....	39
2.3.4. Quanto ao conteúdo	40
2.3.5. Quanto ao modo de elaboração	41
2.3.6. Quanto à alterabilidade.....	41
2.3.7. Quanto à sistemática (critério sistemático).....	43
2.3.8. Quanto à dogmática	44
2.3.9. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico — essência)	45
2.3.10. Quanto ao sistema.....	46
2.3.11. Constituições garantia, balanço e dirigente (Manoel Gonçalves Ferreira Filho).....	46
2.3.12. Constituições liberais (negativas) e sociais (dirigentes) — conteúdo ideológico das constituições (André Ramos Tavares)	47
2.3.13. Raul Machado Horta (constituições expansivas)	47
2.3.14. A Constituição Federal brasileira de 1988	48
2.4. Elementos das constituições	49
2.5. Histórico das Constituições brasileiras	50
2.5.1. Constituição de 1824	51

2.5.2. Decreto n. 1, de 15.11.1889 — primeiro Governo Provisório da República	55
2.5.3. Constituição de 1891	55
2.5.4. A Revolução de 1930 — segundo Governo Provisório da República	59
2.5.5. Constituição de 1934	61
2.5.6. Constituição de 1937	64
2.5.7. Constituição de 1946	67
2.5.8. Golpe Militar de 1964	70
2.5.9. Constituição de 1967	71
2.5.10. Constituição de 1969 — EC n. 1, de 17.10.1969	74
2.5.11. Constituição de 1988	77
2.6. Questões	81
3. HERMENÊUTICA E ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	89
3.1. Mutações constitucionais <i>versus</i> reformas constitucionais	89
3.2. Métodos de interpretação	91
3.2.1. Método jurídico ou hermenêutico clássico	92
3.2.2. Método tópico-problemático	92
3.2.3. Método hermenêutico-concretizador	92
3.2.4. Método científico-espiritual	93
3.2.5. Método normativo-estruturante	93
3.2.6. Método da comparação constitucional	93
3.3. Princípios da interpretação constitucional	94
3.3.1. Princípio da unidade da Constituição	94
3.3.2. Princípio do efeito integrador	95
3.3.3. Princípio da máxima efetividade	95
3.3.4. Princípio da justeza ou da conformidade funcional	95
3.3.5. Princípio da concordância prática ou harmonização	95
3.3.6. Princípio da força normativa	96
3.3.7. Princípio da interpretação conforme a Constituição	96
3.3.8. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade	97
3.4. Teoria dos poderes implícitos	98
3.5. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição	99
3.6. Estrutura da Constituição	101
3.6.1. Preâmbulo	101
3.6.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	102
3.7. Questões	103
4. PODER CONSTITUINTE	111
4.1. Esquema geral	111
4.2. Características	111
4.3. Poder constituinte originário	112
4.3.1. Conceito	112
4.3.2. Uma subdivisão	112
4.3.3. Características	112

4.3.4. Poder constituinte originário formal e material.....	114
4.3.5. Formas de expressão.....	114
4.4. Poder constituinte derivado	115
4.4.1. Conceito e espécies.....	115
4.4.2. Poder constituinte derivado reformador	115
4.4.3. Poder constituinte derivado decorrente	116
4.4.3.1. Estados-membros	116
4.4.3.2. Municípios, Distrito Federal e Territórios Federais	118
4.4.4. Poder constituinte derivado revisor	120
4.5. Poder constituinte difuso	121
4.6. Poder constituinte supranacional	121
4.7. Nova Constituição e ordem jurídica anterior.....	122
4.7.1. Recepção.....	122
4.7.1.1. Inconstitucionalidade superveniente?.....	123
4.7.1.2. Uma lei que fere o processo legislativo previsto na Constituição sob cuja regência foi editada, mas que, até o advento da nova Constituição, nunca fora objeto de controle de constitucionalidade, poderá ser recebida pela nova Constituição se com ela for compatível?	124
4.7.1.3. Características conclusivas sobre o fenômeno da recepção	124
4.7.2. Repristinação	125
4.7.3. Desconstitucionalização	125
4.7.4. Recepção material de normas constitucionais.....	126
4.8. Grau de retroatividade da norma constitucional: máximo, médio ou mínimo?.....	127
4.9. Questões.....	129
4.9.1. Poder constituinte	129
4.9.2. Nova Constituição e ordem jurídica anterior.....	132
5. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	135
5.1. Eficácia jurídica e eficácia social	135
5.2. Normas constitucionais de eficácia plena	135
5.3. Normas constitucionais de eficácia contida.....	136
5.4. Normas constitucionais de eficácia limitada.....	137
5.5. A classificação de <i>Maria Helena Diniz</i>	141
5.6. A classificação de <i>Celso Ribeiro Bastos</i> e <i>Carlos Ayres Britto</i>	142
5.7. Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.....	143
5.8. Normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais e o gradualismo eficaz das normas constitucionais	143
5.9. Questões.....	143
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	149
6.1. Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro	149
6.1.1. Noções preliminares	149
6.1.2. A inconstitucionalidade das leis e a regra geral da “teoria da nulidade”. Sistema austríaco (Kelsen) <i>versus</i> Sistema norte-americano (Marshall). Anulabilidade <i>versus</i> Nulidade.....	150
6.1.3. Flexibilização das teorias da “nulidade absoluta da lei declarada inconstitucional” e da “anulabilidade da norma inconstitucional” no direito estrangeiro (brevíssima noção)	152

6.1.3.1. Áustria	152
6.1.3.2. Estados Unidos	152
6.1.3.3. Espanha	154
6.1.3.4. Portugal	154
6.1.3.5. Alemanha.....	154
6.1.4. Flexibilização da teoria da nulidade no direito brasileiro	154
6.1.4.1. A mitigação do princípio da nulidade no controle concentrado — art. 27 da Lei n. 9.868/99.....	155
6.1.4.2. A mitigação do princípio da nulidade no controle difuso	155
6.2. Breve análise evolutiva do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	156
6.2.1. Constituição de 1824	156
6.2.2. Constituição de 1891	157
6.2.3. Constituição de 1934	157
6.2.4. Constituição de 1937	158
6.2.5. Constituição de 1946	158
6.2.6. Constituição de 1967 e EC n. 1/69	158
6.2.7. Constituição de 1988	158
6.3. Espécies de inconstitucionalidade	160
6.3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão (quadro esquemático).....	160
6.3.2. Vício formal (inconstitucionalidade orgânica, inconstitucionalidade formal propriamente dita e inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato)	161
6.3.2.1. Inconstitucionalidade formal orgânica	162
6.3.2.2. Inconstitucionalidade formal propriamente dita.....	162
6.3.2.3. Inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato normativo.....	163
6.3.3. Vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário)	164
6.3.4. Vício de decoro parlamentar (?).....	164
6.4. Momentos de controle	165
6.4.1. Controle prévio ou preventivo.....	166
6.4.1.1. Controle prévio ou preventivo realizado pelo Legislativo	166
6.4.1.2. Controle prévio ou preventivo realizado pelo Executivo.....	167
6.4.1.3. Controle prévio ou preventivo realizado pelo Judiciário e a nova perspectiva das "normas constitucionais interpostas" (<i>Zagrebel'sky</i>).....	167
6.4.2. Controle posterior ou repressivo	170
6.4.2.1. Controle político.....	170
6.4.2.2. Controle jurisdicional	171
6.4.2.3. Controle híbrido	171
6.4.2.4. Exceção à regra geral do controle jurisdicional posterior ou repressivo	171
6.4.2.4.1. Controle posterior ou repressivo exercido pelo Legislativo	172
6.4.2.4.2. Controle posterior ou repressivo exercido pelo Executivo	173
6.4.2.4.3. Controle posterior ou repressivo exercido pelo TCU	175
6.5. Sistema e vias de controle judicial.....	175
6.6. Controle difuso	177
6.6.1. Origem histórica: <i>Marbury versus Madison</i> , Sessão de fev. de 1803 (I, repertório de Cranch, 137-180).....	177

6.6.2. Noções gerais.....	178
6.6.3. Controle difuso nos tribunais.....	179
6.6.4. Efeitos da decisão.....	181
6.6.4.1. Para as partes.....	181
6.6.4.2. Para terceiros (art. 52, X).....	182
6.6.4.2.1. Procedimento.....	182
6.6.4.2.2. Amplitude do art. 52, X.....	183
6.6.4.2.3. A expressão “no todo ou em parte”.....	184
6.6.4.2.4. Efeitos propriamente ditos.....	184
6.6.4.2.5. O Senado é obrigado a suspender os efeitos?.....	185
6.6.5. Teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença no controle difuso: análise crítica — abstrativização do controle difuso?.....	185
6.6.6. Controle difuso em sede de ação civil pública.....	189
6.7. Controle concentrado.....	190
6.7.1. ADI genérica.....	190
6.7.1.1. Conceito.....	190
6.7.1.2. Objeto.....	191
6.7.1.2.1. Leis.....	191
6.7.1.2.2. Atos normativos.....	191
6.7.1.2.3. Súmulas?.....	192
6.7.1.2.4. Emendas constitucionais?.....	193
6.7.1.2.5. Medidas provisórias?.....	193
6.7.1.2.6. Regulamentos subordinados ou de execução e decretos?.....	195
6.7.1.2.7. Tratados internacionais.....	196
6.7.1.2.8. Normas constitucionais originárias.....	198
6.7.1.2.9. O fenômeno da recepção.....	199
6.7.1.2.10. Atos estatais de efeitos concretos e atos estatais de efeitos concretos editados sob a forma de lei (exclusivamente formal).....	200
6.7.1.2.11. Ato normativo já revogado ou de eficácia exaurida.....	201
6.7.1.2.12. Lei revogada ou que tenha perdido a sua vigência após a propositura da ADI.....	201
6.7.1.2.13. Alteração do parâmetro constitucional invocado.....	202
6.7.1.2.14. Divergência entre a ementa da lei e o seu conteúdo.....	203
6.7.1.2.15. Respostas emitidas pelo Tribunal Superior Eleitoral.....	204
6.7.1.2.16. Leis orçamentárias?.....	204
6.7.1.2.17. ADI <i>versus</i> políticas públicas? A teoria da “reserva do possível”... ..	205
6.7.1.3. Elementos essenciais do controle de constitucionalidade: o conceito de “bloco de constitucionalidade” e o elemento temporal.....	205
6.7.1.4. Teoria da transcendência dos motivos determinantes.....	207
6.7.1.5. Teoria da inconstitucionalidade por “arrastamento” ou “atração”, ou “inconstitucionalidade conseqüente de preceitos não impugnados”, ou inconstitucionalidade conseqüencial ou inconstitucionalidade conseqüente ou derivada.....	208
6.7.1.6. Lei “ainda constitucional”, ou “inconstitucionalidade progressiva”, ou “declaração de constitucionalidade de norma em trânsito para a inconstitucionalidade”.....	209
6.7.1.6.1. A instituição da Defensoria Pública pela CF/88.....	209

6.7.1.6.2. A questão do “prazo em dobro” para a Defensoria Pública no processo penal — rejeição de inconstitucionalidade “ <i>rebus sic stantibus</i> ”	210
6.7.1.6.3. Ação civil “ <i>ex delicto</i> ” ajuizada pelo MP — art. 68 do CPP.....	211
6.7.1.7. “Inconstitucionalidade circunstancial” ou lei “ainda inconstitucional”.	212
6.7.1.8. O efeito vinculante para o Legislativo e o inconcebível fenômeno da “fossilização da Constituição”.....	213
6.7.1.9. Município putativo. Princípio da reserva do impossível. Princípio da continuidade do Estado. Princípio federativo. Princípio da segurança jurídica. Princípio da confiança (<i>Karl Larenz</i>). Princípio da força normativa dos fatos (<i>Georg Jellinek</i>). Princípio da situação excepcional consolidada.....	214
6.7.1.10. Princípio da proibição do “atalhamento constitucional” e do “desvio de poder constituinte” (utilização de meio aparentemente legal buscando atingir finalidade ilícita)	219
6.7.1.11. Inconstitucionalidade “chapada”.....	220
6.7.1.12. Início da eficácia da decisão que reconhece a inconstitucionalidade da lei	220
6.7.1.13. Competência.....	220
6.7.1.13.1. Lei ou ato normativo federal ou estadual em face da CF.....	220
6.7.1.13.2. Lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da CE	221
6.7.1.13.3. Lei ou ato normativo municipal em face da CF.....	221
6.7.1.13.4. Lei ou ato normativo distrital em face da CF/88	222
6.7.1.13.5. Lei ou ato normativo distrital em face da Lei Orgânica Distrital	222
6.7.1.13.6. Lei municipal em face da Lei Orgânica do Município	223
6.7.1.14. Legitimidade.....	223
6.7.1.15. Procedimento.....	226
6.7.1.16. A figura do <i>amicus curiae</i>	229
6.7.1.16.1. Regras gerais	229
6.7.1.16.2. É possível a admissão do <i>amicus curiae</i> na ADC?.....	231
6.7.1.16.3. Cabe <i>amicus curiae</i> na ADPF?	232
6.7.1.16.4. Outras hipóteses de cabimento.....	233
6.7.1.16.5. Parlamentar pode ser admitido no processo como <i>amicus curiae</i> ?....	233
6.7.1.16.6. Natureza jurídica do <i>amicus curiae</i>	234
6.7.1.16.7. <i>Amicus curiae</i> pode interpor recurso?.....	235
6.7.1.17. Efeitos da decisão.....	235
6.7.1.17.1. Princípio da parcelaridade.....	238
6.7.1.17.2. Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto.....	238
6.7.1.17.3. Efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade	239
6.7.1.17.4. Efeitos temporais da declaração de inconstitucionalidade.....	241
6.7.1.17.4.1. Coisa julgada inconstitucional. S. 343/STF. Rescisória (art. 485, V). Arts. 475-L, § 1.º e 741, parágrafo único, CPC/73	241
6.7.1.17.4.2. Aspectos conclusivos: efeito da decisão no plano normativo (<i>Normebene</i>) e no plano do ato singular (<i>Einzelaktebene</i>) mediante a utilização das chamadas fórmulas de preclusão (interessante tendência apontada pelo Min. Gilmar Mendes)	244
6.7.1.17.5. Pedido de cautelar	245
6.7.1.18. Reclamação para a garantia da autoridade da decisão do STF em sede de controle concentrado de constitucionalidade através da ADI	246
6.7.1.18.1. Regras gerais	246
6.7.1.18.2. Natureza jurídica do instituto da reclamação.....	248

6.7.2. Arguição de descumprimento de preceito fundamental	250
6.7.2.1. Localização.....	250
6.7.2.2. Objeto — hipóteses de cabimento.....	250
6.7.2.3. Preceito fundamental — conceito	251
6.7.2.4. Competência.....	252
6.7.2.5. Legitimidade.....	252
6.7.2.6. Procedimento.....	252
6.7.2.7. Efeitos da decisão.....	254
6.7.2.8. O parágrafo único do art. 1.º da Lei n. 9.882/99 é inconstitucional (arguição por equiparação)?.....	254
6.7.2.9. Pedido de medida liminar.....	255
6.7.2.10. ADPF pode ser conhecida como ADI?	256
6.7.3. ADI por omissão.....	257
6.7.3.1. Conceito.....	257
6.7.3.2. Espécies de omissão	257
6.7.3.3. Objeto	258
6.7.3.4. Competência.....	259
6.7.3.5. Legitimidade.....	259
6.7.3.6. Natureza jurídica dos legitimados	260
6.7.3.7. Procedimento.....	261
6.7.3.8. Efeitos da decisão.....	261
6.7.4. ADI interventiva.....	264
6.7.4.1. Conceito.....	264
6.7.4.2. Objeto, competência, legitimidade e procedimento	265
6.7.4.2.1. ADI interventiva federal	265
6.7.4.2.2. ADI interventiva estadual	266
6.7.5. ADECON ou ADC.....	267
6.7.5.1. Conceito.....	267
6.7.5.2. Objeto	267
6.7.5.3. Competência	267
6.7.5.4. Legitimidade.....	267
6.7.5.5. Procedimento.....	268
6.7.5.6. Efeitos da decisão.....	269
6.7.5.7. Medida cautelar em ação declaratória.....	269
6.8. Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados-membros.....	270
6.8.1. Regras gerais	270
6.8.2. Objeto	271
6.8.3. Competência.....	271
6.8.4. Legitimados	271
6.8.5. Parâmetro de controle.....	273
6.8.6. A utilização do recurso extraordinário no controle concentrado e em abstrato estadual.....	274
6.9. Quadro comparativo do sistema jurisdicional misto de controle posterior ou repressivo de constitucionalidade no Brasil	276
6.10. Questões.....	278
6.10.1. Conceitos gerais	278
6.10.2. Legitimidade	280

6.10.3. Procedimento	280
6.10.4. Efeitos da decisão	282
6.10.5. Outras questões	284
7. DIVISÃO ESPACIAL DO PODER — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	289
7.1. Noções preliminares	289
7.2. Estado unitário	289
7.2.1. Estado unitário puro	289
7.2.2. Estado unitário descentralizado administrativamente	290
7.2.3. Estado unitário descentralizado administrativa e politicamente	290
7.3. Federação	290
7.3.1. Histórico	290
7.3.2. Características comuns a toda Federação	291
7.3.3. Federação brasileira.....	291
7.3.3.1. Breve histórico	291
7.3.3.2. Federação na CF/88.....	292
7.3.3.2.1. Composição e sistematização conceitual	292
7.3.3.2.2. Fundamentos da República Federativa do Brasil.....	293
7.3.3.2.3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	293
7.3.3.2.4. Princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais.....	295
7.3.3.2.5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	298
7.3.3.2.6. Vedações constitucionais impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios	299
7.4. União Federal.....	299
7.4.1. Capital Federal.....	300
7.4.2. Bens da União.....	300
7.4.3. Competências da União Federal	303
7.4.3.1. Competência não legislativa (administrativa ou material)	303
7.4.3.2. Competência legislativa	304
7.4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento.....	305
7.5. Estados-membros.....	306
7.5.1. Formação dos Estados-membros	307
7.5.1.1. Regra geral	307
7.5.1.2. Fusão	308
7.5.1.3. Cisão.....	308
7.5.1.4. Desmembramento.....	309
7.5.2. Bens dos Estados-membros	310
7.5.3. Competências dos Estados-membros	310
7.5.3.1. Competência não legislativa (administrativa ou material)	310
7.5.3.2. Competência legislativa	311
7.5.4. Exploração dos serviços locais de gás canalizado.....	311
7.5.5. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	312
7.6. Municípios	313
7.6.1. Formação dos Municípios	313
7.6.2. Competências dos Municípios.....	315

7.6.2.1.	Competências não legislativas (administrativas ou materiais).....	315
7.6.2.2.	Competências legislativas	316
7.7.	Distrito Federal	317
7.7.1.	Histórico	317
7.7.2.	Distrito Federal como unidade federada.....	317
7.7.3.	Outras características importantes	317
7.7.4.	Competências do Distrito Federal	318
7.7.4.1.	Competências não legislativas (administrativas ou materiais).....	318
7.7.4.2.	Competências legislativas	318
7.8.	Territórios Federais.....	319
7.8.1.	Histórico	319
7.8.2.	Natureza jurídica	319
7.8.3.	Ainda existem territórios no Brasil?.....	319
7.8.4.	Apesar de não existirem, podem vir a ser criados novos territórios?.....	320
7.8.5.	Outras características importantes	320
7.9.	Quadro ilustrativo da competência legislativa constitucional — alguns precedentes do STF.....	321
7.10.	Intervenção.....	223
7.10.1.	Intervenção federal	324
7.10.1.1.	Hipóteses de intervenção federal.....	324
7.10.1.2.	Espécies de intervenção federal.....	325
7.10.1.3.	Decretação e execução da intervenção federal	326
7.10.1.4.	Controle exercido pelo Congresso Nacional	326
7.10.1.4.1.	Hipóteses em que o controle exercido pelo Congresso Nacional é dispensado.....	326
7.10.1.5.	Afastamento das autoridades envolvidas.....	327
7.10.2.	Intervenção estadual	327
7.10.2.1.	Hipóteses de intervenção estadual e intervenção federal nos Municípios localizados em territórios federais	327
7.10.2.2.	Decretação e execução da intervenção estadual	327
7.10.2.3.	Controle exercido pelo Legislativo	327
7.10.2.3.1.	Hipóteses em que o controle exercido pela Assembléia Legislativa é dispensado	327
7.10.2.4.	Afastamento das autoridades envolvidas.....	328
7.10.2.5.	Súmula 637 do STF.....	328
7.11.	Questões.....	328
7.11.1.	Federação: aspectos conceituais	328
7.11.2.	Federação: fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.....	329
7.11.3.	Federação: intervenção.....	330
7.11.4.	Federação: competência	332

8. DIVISÃO ORGÂNICA DO PODER — “TRIPARTIÇÃO DE PODERES” — TEORIA GERAL..... 337

8.1.	Noções introdutórias	337
8.1.1.	Aristóteles: identificação das funções do Estado.....	337
8.1.2.	Montesquieu: correspondência entre a divisão funcional e uma divisão orgânica ...	337
8.1.3.	Abrandamento da teoria de Montesquieu — funções típicas e atípicas	338

8.1.4. Impropriedade da expressão “tripartição de Poderes”	339
8.1.5. A independência dos Poderes e a indelegabilidade de atribuições.....	340
8.1.6. Questões	340
9. PODER LEGISLATIVO	343
9.1. Estrutura do Poder Legislativo	343
9.1.1. Estrutura do Poder Legislativo federal.....	343
9.1.2. Estrutura do Poder Legislativo estadual, municipal, distrital e dos Territórios Federais.....	343
9.1.2.1. Estrutura do Poder Legislativo estadual.....	343
9.1.2.2. Estrutura do Poder Legislativo municipal.....	345
9.1.2.3. “PEC dos Vereadores”	351
9.1.2.3.1. Observações iniciais.....	351
9.1.2.3.2. Texto aprovado na CD (lembrando que o SF aprovou apenas o art. 1.º).	351
9.1.2.3.3. A crise entre as duas Casas Legislativas e o MS 27.807.....	353
9.1.2.4. Estrutura do Poder Legislativo distrital.....	354
9.1.2.5. Estrutura do Poder Legislativo dos Territórios Federais.....	354
9.2. Atribuições do Congresso Nacional	354
9.3. Câmara dos Deputados	355
9.3.1. Aspectos fundamentais.....	355
9.3.2. Requisitos para a candidatura dos Deputados Federais.....	356
9.3.3. Competências privativas da Câmara dos Deputados.....	356
9.4. Senado Federal.....	356
9.4.1. Aspectos fundamentais.....	356
9.4.2. Requisitos para a candidatura dos Senadores.....	357
9.4.3. Competências privativas do Senado Federal.....	357
9.4.4. Quadro comparativo	357
9.5. Das reuniões.....	358
9.5.1. Sessão legislativa ordinária	358
9.5.2. Hipóteses de convocação extraordinária	359
9.5.3. Reunião em sessão conjunta.....	360
9.5.4. Sessão preparatória e mesas diretoras	360
9.6. Das comissões parlamentares	361
9.6.1. Comissão temática ou em razão da matéria	362
9.6.2. Comissão especial ou temporária.....	362
9.6.3. Comissão parlamentar de inquérito (CPI).....	362
9.6.4. Comissão mista.....	369
9.6.5. Comissão representativa.....	369
9.7. Imunidades parlamentares	370
9.7.1. Aspectos introdutórios.....	370
9.7.2. Imunidade parlamentar federal.....	371
9.7.2.1. Imunidade material ou inviolabilidade parlamentar.....	371
9.7.2.2. Imunidade formal ou processual	372
9.7.2.2.1. Imunidade formal ou processual para a prisão.....	372
9.7.2.2.2. Imunidade formal ou processual para o processo.....	374
9.7.2.3. Prerrogativa de foro (“foro privilegiado”).....	375
9.7.2.4. Outras garantias.....	379

9.7.2.5. As imunidades parlamentares podem ser renunciadas?	380
9.7.2.6. As imunidades parlamentares se estendem aos suplentes?	380
9.7.3. Parlamentares estaduais.....	380
9.7.4. Parlamentares municipais.....	381
9.8. Incompatibilidades e impedimentos dos parlamentares federais.....	382
9.9. Perda do mandato do Deputado ou Senador.....	382
9.9.1. Hipóteses de perda do mandato e suas peculiaridades	382
9.9.2. É possível a renúncia do cargo por parlamentar submetido a processo que vise ou possa levá-lo à perda do mandato?.....	384
9.10. Hipóteses em que não haverá a perda do mandato do Deputado ou Senador	384
9.11. Processo legislativo.....	385
9.11.1. Considerações introdutórias.....	385
9.11.2. Esquema do processo legislativo das leis ordinárias e complementares	386
9.11.3. Fase de iniciativa	387
9.11.3.1. Regra geral para a iniciativa	387
9.11.3.2. Iniciativa concorrente	387
9.11.3.3. Iniciativa “privativa” (reservada ou exclusiva).....	387
9.11.3.3.1. Iniciativa reservada ao Presidente da República	387
9.11.3.3.2. Iniciativa reservada aos Governadores dos Estados e do DF e aos Prefeitos — simetria com o modelo federal.....	388
9.11.3.3.3. Iniciativa reservada do Judiciário.....	388
9.11.3.3.4. Assuntos exclusivos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.....	389
9.11.3.3.5. Podemos falar em iniciativa reservada de matéria tributária?.....	389
9.11.3.3.6. Iniciativa do processo legislativo de matérias pertinentes ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e aos Orçamentos Anuais ...	390
9.11.3.3.7. Pode o legitimado exclusivo ser compelido a deflagrar processo legislativo?.....	390
9.11.3.3.8. Cabe emenda parlamentar em projetos de iniciativa reservada?..	390
9.11.3.3.9. Sanção presidencial convalida vício de iniciativa?	391
9.11.3.4. Iniciativa popular.....	392
9.11.3.4.1. Aspectos gerais.....	392
9.11.3.4.2. Existe algum exemplo de lei fruto de iniciativa popular?	393
9.11.3.4.3. Conclusões iniciais	396
9.11.3.4.4. Iniciativa popular de “PEC”?	396
9.11.3.4.5. Cabe iniciativa popular de matérias reservadas à iniciativa exclusiva de outros titulares?	399
9.11.3.4.6. Iniciativa popular e as espécies normativas: esquematização	399
9.11.3.4.7. Iniciativa popular em âmbito estadual e municipal.....	400
9.11.3.5. Iniciativa conjunta: ainda persiste, tendo em vista a Reforma da Previdência (EC n. 41/2003)?	400
9.11.3.6. Iniciativa para fixação do subsídio dos Ministros do STF — teto do funcionalismo — art. 48, XV, c/c o art. 96, II, “b”	401
9.11.3.7. Algumas peculiaridades a serem observadas	403
9.11.3.7.1. Organização do Ministério Público.....	403
9.11.3.7.2. Proposta pela maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional (art. 67)	404
9.11.3.7.3. Iniciativa parlamentar ou extraparlamentar.....	406

9.11.4. Fase constitutiva	406
9.11.4.1. Deliberação parlamentar — discussão e votação	406
9.11.4.1.1. Algumas regras fundamentais	407
9.11.4.2. Deliberação executiva — sanção e veto	408
9.11.5. Fase complementar — promulgação e publicação	409
9.11.5.1. Promulgação	409
9.11.5.2. Publicação	410
9.12. Espécies normativas	410
9.12.1. Emenda Constitucional	411
9.12.1.1. Limitações formais ou procedimentais (art. 60, I, II, III, e §§ 2.º, 3.º e 5.º)	412
9.12.1.2. Limitações circunstanciais (art. 60, § 1.º)	413
9.12.1.3. Limitações materiais (art. 60, § 4.º)	413
9.12.1.4. Limitações temporais?	415
9.12.1.5. Limitações implícitas	415
9.12.1.6. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos e a sua equivalência com as emendas constitucionais — EC n. 45/2004	416
9.12.2. Lei complementar e lei ordinária	416
9.12.2.1. Semelhanças	416
9.12.2.2. Diferenças	417
9.12.2.2.1. Aspecto material	417
9.12.2.2.2. Aspecto formal	417
9.12.2.3. Existe hierarquia entre lei complementar e lei ordinária?	419
9.12.3. Lei delegada	420
9.12.4. Medida provisória	421
9.12.4.1. Aspectos iniciais	421
9.12.4.2. O processo de criação das medidas provisórias de acordo com a EC n. 32/2001	424
9.12.4.3. Aprovação sem alteração	427
9.12.4.4. Aprovação com alteração	427
9.12.4.5. Não-apreciação (rejeição tácita)	427
9.12.4.6. Rejeição expressa	429
9.12.4.7. Impacto da medida provisória sobre o ordenamento jurídico	429
9.12.4.8. Pode o Presidente da República retirar da apreciação do Congresso Nacional medida provisória já editada?	430
9.12.4.9. Limitação material à edição de medidas provisórias, de acordo com a EC n. 32/2001	430
9.12.4.10. O que acontecerá com as medidas provisórias editadas em data anterior à EC n. 32/2001?	434
9.12.4.11. Um alerta	435
9.12.5. Decreto legislativo	435
9.12.5.1. Aspectos gerais	435
9.12.5.2. Breves notas sobre o processo de formação dos tratados internacionais e a novidade trazida pela EC n. 45/2004	436
9.12.5.2.1. Tratados e convenções internacionais gerais	436
9.12.5.2.2. Tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos (EC n. 45/2004)	439

9.12.5.2.3. A “supralegalidade” dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.....	443
9.12.6. Resolução.....	445
9.12.7. Quadro comparativo das espécies normativas.....	446
9.13. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e o Tribunal de Contas	446
9.13.1. Tribunal de Contas da União	447
9.13.1.1. Composição e características.....	447
9.13.1.2. Ministros do Tribunal de Contas da União.....	448
9.13.1.3. As empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da administração indireta, estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas?.....	449
9.13.1.4. É necessária a observância do devido processo legal em processo administrativo no âmbito do TCU?.....	449
9.13.1.5. TCU pode exigir quebra de sigilo bancário?.....	449
9.13.2. Tribunal de Contas Estadual, Distrital e Municipal.....	450
9.13.3. Ministério Público Especial (art. 130).....	451
9.13.4. Teoria dos poderes implícitos e as atribuições do Tribunal de Contas.....	451
9.14. Questões.....	452
9.14.1. Do Poder Legislativo — Aspectos gerais (estrutura, atribuições, reuniões, comissões, imunidades, incompatibilidades e impedimentos, perda do mandato, Tribunal de Contas)	452
9.14.2. Processo legislativo.....	455
9.14.3. Espécies normativas.....	458
10. PODER EXECUTIVO.....	463
10.1. Notas introdutórias.....	463
10.2. Presidencialismo <i>versus</i> parlamentarismo	463
10.3. Executivo monocrático, colegial, diretorial e dual — conceito.....	464
10.4. O Poder Executivo na CF/88	464
10.4.1. O exercício do Poder Executivo no Brasil	464
10.4.1.1. Âmbito federal.....	464
10.4.1.2. Âmbito estadual	464
10.4.1.3. Âmbito distrital	465
10.4.1.4. Âmbito municipal	465
10.4.1.5. Âmbito dos Territórios Federais.....	465
10.4.2. Atribuições conferidas ao Presidente da República.....	465
10.4.3. Condições de elegibilidade	467
10.4.4. Processo eleitoral	468
10.4.5. Posse e mandato	468
10.4.6. Impedimento e vacância dos cargos.....	469
10.4.7. Ministros de Estado.....	471
10.4.7.1. Características gerais e requisitos de investidura no cargo.....	471
10.4.7.2. Atribuições dos Ministros de Estado.....	472
10.4.7.3. Responsabilidade e juízo competente para processar e julgar os Ministros de Estado.....	473
10.4.7.4. Poderão os Ministros de Estado receber delegação para exercer matéria de competência privativa do Presidente da República?.....	473

10.4.8. Conselho da República.....	474
10.4.9. Conselho de Defesa Nacional	474
10.4.10. Crimes de responsabilidade.....	475
10.4.10.1. Notas introdutórias e natureza jurídica.....	475
10.4.10.2. Procedimento.....	476
10.4.10.2.1. Câmara dos Deputados.....	476
10.4.10.2.2. Senado Federal	477
10.4.11. Crimes comuns.....	478
10.4.11.1. Conceito e procedimento.....	478
10.4.11.2. Imunidade presidencial (irresponsabilidade penal relativa).....	478
10.4.12. Sistematização da competência para julgamento das autoridades pela prática de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade.....	479
10.4.12.1. Prefeitos Municipais.....	482
10.4.12.2. Vereadores Municipais.....	484
10.4.12.3. A inconstitucionalidade das regras trazidas pela Lei n. 10.628/2002 em relação à <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e ao “inusitado foro cível por prerrogativa de função em lei processual penal”	485
10.4.12.4. Foro por prerrogativa de função e jurisdições de categorias diversas	487
10.4.12.5. Distinção entre os regimes de responsabilidade político-administrativa previstos na CF — Rcl 2.138-6-DF	487
10.4.12.6. Responsabilidade fiscal e as infrações administrativas contra as leis de finanças públicas — LC n. 101/2000 e Lei n. 10.028/2000.....	488
10.5. Questões.....	490
11. PODER JUDICIÁRIO.....	495
11.1. Funções do Poder Judiciário	495
11.2. Algumas características da jurisdição	495
11.3. Reforma do Poder Judiciário — EC n. 45/2004	497
11.3.1. Histórico de sua tramitação.....	497
11.3.2. Principais alterações.....	499
11.3.3. As primeiras ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas em face da EC n. 45/2004.....	503
11.3.4. Ações diretas de inconstitucionalidade ajuizadas até a presente data e tendo por dispositivos legais questionados artigos e novidades introduzidos pela EC n. 45/2004.....	504
11.3.5. Resumo do quadro anterior para facilitar a visualização e análise	509
11.3.6. Entendimentos do STF e do CNJ já externados em decorrência da EC n. 45/2004. Requerimentos ao CNJ.....	510
11.4. Estatuto da Magistratura	515
11.5. Garantias do Judiciário.....	520
11.5.1. Garantias institucionais do Judiciário	521
11.5.1.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa	521
11.5.1.2. Garantias de autonomia financeira.....	521
11.5.2. Garantias funcionais do Judiciário (ou de órgãos).....	522
11.5.2.1. Garantias de independência dos órgãos judiciários	522
11.5.2.1.1. Vitaliciedade	522

11.5.2.1.2.	Inamovibilidade	524
11.5.2.1.3.	Irredutibilidade de subsídios	524
11.5.2.2.	Garantias de imparcialidade dos órgãos judiciários	525
11.6.	Estrutura do Judiciário	526
11.6.1.	Órgãos de convergência e órgãos de superposição	526
11.6.2.	Justiças: comum e especial.....	527
11.6.3.	Organograma do Poder Judiciário.....	533
11.7.	A regra do “quinto constitucional”	533
11.8.	Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário	536
11.8.1.	Supremo Tribunal Federal (STF).....	536
11.8.1.1.	STF — aspectos históricos	536
11.8.1.2.	STF — regras gerais	537
11.8.1.3.	STF — destaques às novidades trazidas pela EC n. 45/2004 (“Reforma do Judiciário”).....	539
11.8.2.	Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	542
11.8.3.	Tribunais Regionais Federais (TRFs) e Juízes Federais	546
11.8.4.	Tribunais e Juízes do Trabalho de acordo com a EC n. 24/99.....	547
11.8.4.1.	Tribunal Superior do Trabalho (TST).....	547
11.8.4.2.	Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).....	548
11.8.4.3.	Juízes do Trabalho — Varas do Trabalho	549
11.8.4.4.	Competências da Justiça do Trabalho.....	549
11.8.4.5.	O que aconteceu com os mandatos dos classistas em face da EC n. 24/99?.....	552
11.8.5.	Tribunais e Juízes Eleitorais.....	553
11.8.5.1.	Tribunal Superior Eleitoral (TSE)	553
11.8.5.2.	Tribunal Regional Eleitoral (TRE)	553
11.8.5.3.	Juízes Eleitorais	553
11.8.5.4.	Juntas Eleitorais	554
11.8.6.	Tribunais e Juízes Militares	554
11.8.6.1.	Superior Tribunal Militar.....	555
11.8.6.2.	Justiça Militar da União	556
11.8.6.3.	Justiça Militar dos Estados	557
11.8.6.4.	Justiça Militar do Distrito Federal e Territórios	559
11.8.7.	Tribunais e Juízes dos Estados.....	559
11.8.8.	Varas Agrárias e os conflitos fundiários	560
11.8.9.	Justiça Estadual é competente para julgar crimes comuns entre silvícolas	561
11.8.10.	Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios.....	562
11.9.	Da Justiça de Paz (art. 98, II).....	563
11.10.	Dos precatórios	565
11.11.	Conselho Nacional de Justiça	569
11.11.1.	Aspectos gerais e composição do CNJ.....	569
11.11.2.	O CNJ é constitucional?.....	571
11.11.3.	Atribuições do CNJ e o controle de suas decisões pelo STF (limites?).....	573
11.11.4.	O CNJ tem controle da função jurisdicional do Judiciário?	575
11.11.5.	Ministro-Corregedor do CNJ	576
11.11.6.	Outras regras sobre o CNJ.....	576
11.11.7.	Dois importantes Resoluções do CNJ	576

11.12. Súmula vinculante.....	577
11.12.1. Duas realidades: a morosidade da Justiça e as teses jurídicas repetitivas.....	577
11.12.2. As “famílias” do direito	577
11.12.3. Influência do <i>stare decisis</i> da família da <i>common law</i>	578
11.12.4. Influência da Alemanha e da Áustria.....	579
11.12.5. A influência do direito português.....	579
11.12.6. A evolução do “direito sumular” no Brasil (fase colonial — influência do direito português).....	580
11.12.7. A evolução do “direito sumular” no Brasil (após a independência).....	580
11.12.8. Prenúncios da súmula vinculante em âmbito constitucional	581
11.12.9. Prenúncios da súmula vinculante no âmbito do direito processual civil	582
11.12.10. Os contornos da súmula vinculante na EC n. 45/2004	582
11.12.11. As regras trazidas pela Lei n. 11.417, de 19.12.2006 — súmula vinculante.	583
11.12.11.1. Competência.....	583
11.12.11.2. Objeto	584
11.12.11.3. Requisitos para a edição.....	584
11.12.11.4. Legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante.....	584
11.12.11.5. Procedimento.....	584
11.12.11.6. Efeitos da súmula	585
11.12.11.7. Modulação dos efeitos.....	585
11.12.11.8. Revogação ou modificação da lei em que se fundou a edição de enunciado de súmula vinculante.....	585
11.12.11.9. Da reclamação	586
11.12.11.10. Responsabilidade do administrador público.....	586
11.12.11.11. Responsabilidade dos magistrados?	586
11.12.12. As treze primeiras súmulas vinculantes	586
11.12.13. Processos com idêntica controvérsia constitucional — exemplo de utilidade da súmula vinculante — o caso da “pensão por morte”	588
11.12.14. Aspectos conclusivos	589
11.13. Eleição do Conselho Superior da Magistratura no Estado de São Paulo.....	590
11.14. Extinção dos Tribunais de Alçada	590
11.14.1. Histórico nas Constituições.....	590
11.14.2. O surgimento dos Tribunais de Alçada nos Estados.....	591
11.14.3. A EC n. 45/2004	592
11.14.4. A EC n. 8/99 à Constituição do Estado de São Paulo.....	593
11.15. Central do cidadão	594
11.16. Questões	594
11.16.1. Questões gerais	594
11.16.2. Questões específicas para a Magistratura	598
12. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	601
12.1. Noções introdutórias	601
12.2. Ministério Público.....	601
12.2.1. Definição	601
12.2.2. Organização do Ministério Público na CF/88 — art. 128, I e II, e MP Eleitoral	602

12.2.2.1.	Organização do Ministério Público da União e Estadual	602
12.2.2.2.	MP Eleitoral	602
12.2.3.	Chefe do Ministério Público	602
12.2.4.	Princípios institucionais	606
12.2.5.	Princípio do promotor natural	606
12.2.6.	Garantias do Ministério Público.....	607
12.2.6.1.	Garantias institucionais.....	607
12.2.6.1.1.	Autonomia funcional	607
12.2.6.1.2.	Autonomia administrativa.....	607
12.2.6.1.3.	Autonomia financeira.....	608
12.2.6.2.	Garantias dos membros do Ministério Público.....	608
12.2.6.2.1.	Vitaliciedade	608
12.2.6.2.2.	Inamovibilidade	608
12.2.6.2.3.	Irredutibilidade de subsídios	608
12.2.6.3.	Impedimentos imputados aos membros do Ministério Público (vedações)	609
12.2.6.4.	Abrangência das garantias e impedimentos.....	611
12.2.7.	Funções institucionais do Ministério Público	611
12.2.8.	A teoria dos “poderes implícitos” e o poder de investigação criminal pelo MP	612
12.2.9.	Conselho Nacional do Ministério Público	613
12.2.10.	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas	616
12.3.	Advocacia pública.....	617
12.3.1.	Advocacia-Geral da União	617
12.3.2.	Procuradoria-Geral dos Estados e Distrito Federal	617
12.4.	Advocacia.....	618
12.5.	Estatuto da OAB à luz da jurisprudência do STF	619
12.5.1.	ADIs 1.105 e 1.127	619
12.5.2.	ADIs ns. 1.194, 2.522, 2.652, 3.026 e 3.168.....	623
12.6.	Defensoria pública	625
12.6.1.	“Ondas renovatórias”	625
12.6.2.	Assistência jurídica integral e gratuita — aspectos gerais e evolução constitucional	625
12.6.3.	Competência constitucional legislativa para a instituição da Defensoria Pública e as particularidades da regra para o DF	626
12.6.4.	O fortalecimento da Defensoria Pública pela EC n. 45/2004 (Reforma do Judiciário).....	629
12.6.5.	Existe Defensoria Pública Municipal?.....	630
12.6.6.	Algumas problemáticas já decididas pela jurisprudência do STF e do STJ ...	630
12.6.6.1.	A indispensabilidade do concurso público para ingresso na carreira.....	630
12.6.6.2.	Servidor público processado, civil ou criminalmente, em razão de ato praticado no “exercício regular” de suas funções tem direito à “assistência judiciária” do Estado? Esta atribuição pode ser destinada à Defensoria Pública Estadual?	630
12.6.6.3.	Prazo em dobro e intimação pessoal: prerrogativas da Defensoria Pública. A questão da regra do prazo em dobro para o processo penal. “Lei ainda constitucional”	631

12.6.6.4. A prerrogativa do prazo em dobro e intimação pessoal vale para Procuradores do Estado no exercício da assistência judiciária, como é o caso de São Paulo?.....	632
12.6.6.5. A prerrogativa do prazo em dobro e intimação pessoal vale para os advogados dativos?.....	632
12.6.6.6. As prerrogativas do prazo em dobro e intimação pessoal para a Defensoria Pública se aplicam ao rito especial dos Juizados?.....	634
12.6.6.7. Defensor público pode exercer a advocacia fora de suas atribuições institucionais?.....	635
12.6.6.8. Inconstitucionalidade progressiva — art. 68 do CPP — “lei ainda constitucional”.....	635
12.6.6.9. A Defensoria Pública pode propor ação civil pública?.....	636
12.7. Questões.....	637
12.7.1. Ministério Público.....	637
12.7.2. Advocacia.....	641
12.7.3. Defensoria Pública.....	641
12.7.4. Geral.....	643
13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	645
13.1. Noções introdutórias — sistema constitucional das crises.....	645
13.2. Estado de defesa.....	646
13.2.1. Hipóteses de decretação do estado de defesa.....	646
13.2.2. Procedimento.....	646
13.2.3. Controle exercido sobre a decretação do estado de defesa ou sua prorrogação.....	647
13.3. Estado de sítio.....	648
13.3.1. Hipóteses de decretação do estado de sítio.....	648
13.3.2. Procedimento.....	648
13.3.3. Medidas coercitivas.....	649
13.3.4. Controle exercido sobre a decretação do estado de sítio.....	650
13.4. Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio.....	650
13.5. Quadro comparativo entre o estado de defesa e o estado de sítio.....	651
13.6. Forças Armadas.....	654
13.6.1. Regras gerais.....	654
13.6.2. As praças prestadoras de serviço militar inicial podem receber abaixo do salário mínimo?.....	656
13.6.3. Criação do Ministério da Defesa pela EC n. 23/99.....	657
13.7. Segurança Pública.....	657
13.7.1. Aspectos gerais.....	658
13.7.2. Cooperação entre a União e os Estados-membros e o DF e a Força Nacional de Segurança Pública.....	658
13.7.3. BEPE — Batalhão Especial de Pronto Emprego.....	660
13.7.4. Polícias da União.....	660
13.7.5. Polícias dos Estados.....	661
13.7.6. Polícias do Distrito Federal.....	662
13.7.7. Polícias dos Territórios.....	663
13.7.8. Polícias dos Municípios.....	664

13.7.9. Nos municípios em que o Departamento de Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de delegado de Polícia de carreira, o atendimento nas delegacias de Polícia poderá ser realizado por subtenente ou sargento da Polícia Militar?.....	664
13.8. Questões	664

14. DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS 669

14.1. Localização	669
14.2. Evolução dos direitos fundamentais (gerações de direitos).....	669
14.3. Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais	671
14.4. Características dos direitos e garantias fundamentais.....	671
14.5. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais.....	673
14.6. A aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais	673
14.7. A teoria dos quatro <i>status</i> de Jellinek	673
14.8. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	674
14.8.1. Aspectos gerais.....	674
14.8.2. Teorias da eficácia indireta (mediata) ou direta (imediata).....	675
14.8.3. Eficácia “irradiante” dos direitos fundamentais	676
14.8.4. Alguns precedentes	676
14.8.5. Brevíssima conclusão.....	677
14.9. Direitos individuais e coletivos.....	678
14.9.1. Direito à vida (art. 5.º, <i>caput</i>).....	678
14.9.2. Princípio da igualdade (art. 5.º, <i>caput</i> , e I).....	679
14.9.3. Princípio da legalidade (art. 5.º, II).....	684
14.9.4. Proibição da tortura (art. 5.º, III).....	684
14.9.5. Liberdade de manifestação de pensamento (art. 5.º, IV e V).....	684
14.9.6. Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5.º, VI a VIII).....	685
14.9.7. Liberdade de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação e indenização em caso de dano (art. 5.º, IX e X)	685
14.9.8. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI).....	686
14.9.9. Sigilo de correspondência e comunicações (art. 5.º, XII).....	687
14.9.10. Liberdade de profissão (art. 5.º, XIII)	688
14.9.11. Liberdade de informação (art. 5.º, XIV e XXXIII).....	689
14.9.12. Liberdade de locomoção (art. 5.º, XV e LXI).....	690
14.9.13. Direito de reunião (art. 5.º, XVI)	690
14.9.14. Direito de associação (art. 5.º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI)	690
14.9.15. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI).....	691
14.9.16. Direito de herança e estatuto sucessório (art. 5.º, XXX e XXXI).....	692
14.9.17. Propriedade intelectual (art. 5.º, XXVII, XXVIII e XXIX).....	693
14.9.18. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	694
14.9.19. Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5.º, XXXIV).....	696
14.9.20. Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5.º, XXXV).....	698
14.9.21. Limites à retroatividade da lei (art. 5.º, XXXVI).....	700
14.9.22. Princípio do juiz natural ou legal (art. 5.º, XXXVII e LIII).....	702
14.9.23. Tribunal Penal Internacional — “TPI” (art. 5.º, § 4.º — EC n. 45/2004).....	704
14.9.24. Federalização dos crimes contra direitos humanos (art. 109, V-A e § 5.º — EC n. 45/2004)	705
14.9.25. Tribunal do Júri (art. 5.º, XXXVIII)	708

14.9.26.	Segurança jurídica em matéria criminal (art. 5.º, XXXIX a LXVII) e a teoria dos mandados expressos de criminalização à luz dos direitos fundamentais	708
14.9.26.1.	Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora. Irretroatividade da lei penal <i>in pejus</i> (art. 5.º, XXXIX e XL).....	709
14.9.26.2.	Práticas discriminatórias, crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia e crimes inafiançáveis e imprescritíveis (art. 5.º, XLI a XLIV)	709
14.9.26.3.	Regras constitucionais sobre as penas (art. 5.º, XLV a XLVIII)...	710
14.9.26.4.	Direitos assegurados aos presos (art. 5.º, XLIX, L, LXII, LXIII, LXIV)	710
14.9.26.5.	Regras sobre extradição (art. 5.º, LI e LII).....	710
14.9.26.6.	Presunção de inocência (não-culpabilidade) (art. 5.º, LVII).....	711
14.9.26.7.	Regras sobre a prisão (art. 5.º, LXI, LXV, LXVI, LXVII).....	711
14.9.26.8.	Identificação criminal (art. 5.º, LVIII)	711
14.9.26.9.	Ação penal privada subsidiária da pública (art. 5.º, LIX)	712
14.9.27.	Devido processo legal, contraditório e ampla defesa e a problemática da videoconferência no interrogatório do réu (art. 5.º, LIV e LV)	713
14.9.27.1.	Aspectos gerais	713
14.9.27.2.	Interrogatório por videoconferência (<i>on-line</i>)	713
14.9.27.3.	Art. 98 do Regimento Interno do CNJ: necessidade de intimação pessoal de terceiros que demonstrem interesse jurídico nos procedimentos de controle administrativo (PCAs)	716
14.9.28.	Devido processo legal substantivo ou material (arts. 5.º, LV, e 3.º, I).....	716
14.9.29.	Provas ilícitas (art. 5.º, LVI)	717
14.9.30.	Publicidade dos atos processuais (e dever de motivação das decisões judiciais) (art. 5.º, LX)	718
14.9.31.	Assistência jurídica integral e gratuita (art. 5.º, LXXIV).....	718
14.9.32.	Erro judiciário (art. 5.º, LXXV)	719
14.9.33.	Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito (art. 5.º, LXXVI).....	720
14.9.34.	Gratuidade nas ações de <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i> (art. 5.º, LXXVII)	722
14.9.35.	Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	722
14.9.35.1.	Aspectos gerais	722
14.9.35.2.	Leis infraconstitucionais decorrentes da EC n. 45/2004 (“Reforma do Poder Judiciário”) no sentido de “racionalização da prestação jurisdicional”.....	724
14.9.35.3.	Perspectivas de um “novo tempo” para o Judiciário brasileiro	725
14.10.	Remédios constitucionais	726
14.10.1.	Os remédios constitucionais nas Constituições brasileiras — quadro esquematizado	726
14.10.2.	<i>Habeas corpus</i> (art. 5.º, LXVIII)	727
14.10.2.1.	Regras gerais.....	727
14.10.2.2.	Esquematização da evolução histórica do “HC” no constitucionalismo brasileiro	728
14.10.2.3.	Competência	729
14.10.2.4.	Espécies	730
14.10.2.5.	Punições disciplinares militares.....	731
14.10.2.6.	<i>Habeas Corpus</i> impetrado em face de ato da “Turma Recursal” — competência do TJ — superada a S. 690/STF	731
14.10.3.	Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX)	731

14.10.3.1. Introdução	731
14.10.3.2. Esquemática da evolução histórica do “MS” no constitucionalismo brasileiro	732
14.10.3.3. Abrangência	733
14.10.3.4. Direito líquido e certo	733
14.10.3.5. Ilegalidade ou abuso de poder	733
14.10.3.6. Legitimidade ativa e passiva	734
14.10.3.7. Competência	734
14.10.3.8. Algumas outras observações	734
14.10.4. Mandado de segurança coletivo (art. 5.º, LXX)	736
14.10.4.1. Regras gerais	736
14.10.4.2. Objeto, legitimidade ativa e objetivos	736
14.10.4.2.1. Objeto	736
14.10.4.2.2. Legitimidade ativa	736
14.10.4.2.2.1. Partidos políticos	736
14.10.4.2.2.2. Organizações sindicais, entidades de classe e associações	737
14.10.4.2.3. Objetivos	738
14.10.5. Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI)	738
14.10.5.1. Aspectos gerais	738
14.10.5.2. Legitimidade ativa e passiva	739
14.10.5.3. Competência	740
14.10.5.4. Procedimento e efeitos da decisão	740
14.10.5.5. Perspectivas de um “ativismo judicial”	742
14.10.6. Habeas data (art. 5.º, LXXII)	743
14.10.6.1. Aspectos gerais	743
14.10.6.2. Legitimidade ativa e passiva	744
14.10.6.3. Procedimento	744
14.10.6.4. Competência	744
14.10.7. Ação popular (art. 5.º, LXXIII)	745
14.10.7.1. Aspectos gerais	745
14.10.7.2. Esquemática da evolução histórica da “ação popular” no constitucionalismo brasileiro	746
14.10.7.3. Requisitos	746
14.10.7.4. Legitimidade ativa e passiva	747
14.10.7.5. Competência	748
14.10.7.5.1. Regra geral — juízo de primeiro grau	748
14.10.7.5.2. SEBRAE — competência da Justiça comum	748
14.10.7.5.3. Ação popular contra o CNMP — incompetência do STF	749
14.10.7.5.4. Incompetência originária do STF e indicação do órgão competente	749
14.10.7.6. Outras regras	750
14.11. Questões	751
14.11.1. Direitos fundamentais	751
14.11.2. Garantias fundamentais	754
15. DIREITOS SOCIAIS	757
15.1. Aspectos gerais	757

15.2. Breves comentários aos direitos sociais.....	758
15.2.1. Direito à educação.....	758
15.2.2. Direito à saúde.....	758
15.2.3. Direito ao trabalho.....	759
15.2.4. Direito à moradia.....	759
15.2.5. Direito ao lazer.....	760
15.2.6. Direito à segurança.....	760
15.2.7. Direito à previdência social.....	760
15.2.8. Proteção à maternidade e à infância.....	761
15.2.9. Assistência aos desamparados.....	761
15.3. Direitos relativos aos trabalhadores.....	761
15.3.1. Direitos sociais individuais dos trabalhadores.....	762
15.3.2. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11).....	764
15.3.2.1. Direito de associação profissional ou sindical.....	764
15.3.2.2. Direito de greve.....	764
15.3.2.3. Direito de substituição processual.....	765
15.3.2.4. Direito de participação.....	765
15.3.2.5. Direito de representação classista.....	765
15.4. Princípio do não retrocesso social ou da proibição da evolução reacionária.....	765
15.5. Questões.....	766
16. NACIONALIDADE.....	769
16.1. Conceito.....	769
16.1.1. Definições correlatas.....	769
16.2. Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição.....	769
16.3. Brasileiro nato.....	770
16.4. Brasileiro naturalizado.....	772
16.4.1. Breves noções introdutórias.....	772
16.4.2. Naturalização ordinária.....	772
16.4.3. Naturalização extraordinária ou quinquenária.....	773
16.4.4. Radicação precoce e conclusão de curso superior?.....	773
16.5. Quase nacionalidade — portugueses — art. 12, § 1.º — reciprocidade.....	774
16.6. A lei poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados?.....	774
16.6.1. Regra geral.....	774
16.6.2. Hipóteses taxativas de exceção à regra geral.....	775
16.6.2.1. Extradicação.....	775
16.6.2.1.1. Expulsão.....	777
16.6.2.1.2. Deportação.....	777
16.6.2.1.3. Banimento: existe expulsão ou banimento de brasileiros?.....	778
16.6.2.2. Cargos privativos de brasileiros natos.....	778
16.6.2.3. Atividade nociva ao interesse nacional.....	778
16.6.2.4. Conselho da República.....	778
16.6.2.5. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	778
16.7. Perda da nacionalidade.....	779
16.7.1. Hipóteses de perda da nacionalidade.....	779

16.7.1.1. Cancelamento da naturalização.....	779
16.7.1.2. Aquisição de outra nacionalidade	780
16.8. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida	780
16.9. Questões	781
17. DIREITOS POLÍTICOS	785
17.1. Noções introdutórias	785
17.2. Soberania popular, nacionalidade, cidadania, sufrágio e voto e escrutínio	785
17.3. Direito político positivo (direito de sufrágio)	786
17.3.1. Capacidade eleitoral ativa	786
17.3.2. Capacidade eleitoral passiva	788
17.3.2.1. Condições de elegibilidade	788
17.4. Direitos políticos negativos.....	788
17.4.1. Inelegibilidades	788
17.4.1.1. Inelegibilidades absolutas	789
17.4.1.2. Inelegibilidades relativas	789
17.4.1.2.1. Inelegibilidade relativa em razão da função exercida (por motivos funcionais)	790
17.4.1.2.1.1. Inelegibilidade relativa em razão da função exercida para um terceiro mandato sucessivo	790
17.4.1.2.1.2. Inelegibilidade relativa em razão da função para concorrer a outros cargos	791
17.4.1.2.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco.....	791
17.4.1.2.3. Militares	792
17.4.1.2.4. Inelegibilidades previstas em lei complementar	792
17.4.2. Privação dos direitos políticos — perda e suspensão.....	793
17.4.2.1. Perda dos direitos políticos (arts. 15, I e IV, e 12, § 4.º, II).....	793
17.4.2.2. Suspensão dos direitos políticos (art. 15, II, III e V; art. 17.3 do Dec. n. 3.927/2001 e art. 55, II, e § 1.º, c/c o art. 1.º, I, “b”, da LC n. 64/90)	794
17.4.3. Reaquisição dos direitos políticos perdidos ou suspensos	795
17.5. Servidor público e exercício do mandato eletivo.....	795
17.6. Questões	796
18. PARTIDOS POLÍTICOS	801
18.1. Conceito	801
18.2. Regras constitucionais.....	801
18.3. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira — proteção constitucional às minorias.....	803
18.4. O princípio da verticalização das coligações partidárias e a EC n. 52/2006	804
18.4.1. Primeiro momento — a consagração da regra da verticalização das coligações partidárias pelo TSE	804
18.4.2. Ataques à regra da verticalização das coligações partidárias fixada pelo TSE.....	805
18.4.3. Ataques à regra da EC n. 52/2006 que expressamente acabou com a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias. Mantida a verticalização para as eleições de 2006 (princípio da anualidade — art. 16 da CF). A EC n. 52/2006 entrou em vigor na data de sua publicação, mas somente poderá ser aplicada às eleições que ocorram até 1 ano da data de sua vigência	807

18.5. Fidelidade partidária	810
18.6. Candidatos com “ficha suja”: inelegibilidade?	811
18.7. Questões	812
19. ORDEM SOCIAL	815
19.1. Aspectos gerais	815
19.1.1. Valores da ordem social: base e objetivo	815
19.1.2. Conteúdo da ordem social	815
19.2. Seguridade social	816
19.2.1. Princípios orientadores da organização da seguridade social	817
19.2.2. Financiamento da seguridade social	817
19.2.3. Competência discriminada (lei ordinária) e competência residual (lei complementar)	818
19.2.4. Inconstitucionalidade do art. 3.º, § 1.º, da Lei n. 9.718/98 (PIS/PASEP e COFINS). EC n. 20/98 — impossibilidade do fenômeno da “constitucionalidade superveniente”	819
19.2.5. Cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para sociedades civis de profissões regulamentadas	820
19.2.5.1. Inexistência de hierarquia entre LC e LO	820
19.2.5.2. A questão da modulação dos efeitos da decisão pelo STF	821
19.3. Educação — FUNDEB — EC n. 53/2006	822
19.3.1. Aspectos gerais	823
19.3.2. Quadro esquematizado da educação escolar	823
19.3.3. Regras gerais do fundo	824
19.4. Cultura — Plano Nacional (EC n. 48/2005)	825
19.5. Desporto	827
19.5.1. Desporto em sentido amplo	827
19.5.2. Modalidades de desporto	827
19.5.3. Papel do Estado e das entidades dirigentes e associações na promoção do desporto	828
19.5.4. Destinação dos recursos públicos para o desporto	828
19.5.5. Manifestações desportivas de “criação nacional”	829
19.5.6. Justiça Desportiva	829
19.5.6.1. Regras gerais, natureza jurídica e composição	829
19.5.6.2. Instância administrativa de curso forçado: exceção ao princípio do acesso incondicionado ao Poder Judiciário. Necessidade de esgotamento das vias administrativas	830
19.5.6.3. Questões trabalhistas: competência da Justiça do Trabalho	830
19.5.6.4. Vedação do exercício de funções na Justiça Desportiva por integrantes do Poder Judiciário	831
19.5.7. Bingos	832
19.6. Ciência e tecnologia	833
19.6.1. O papel do Estado	833
19.6.2. Modalidades de pesquisa	833
19.6.3. Apoio e incentivo às empresas e à capacitação tecnológica	833
19.6.4. Estado Social de Direito: concepção social do mercado	834
19.6.5. O destaque para a biotecnologia	834

19.7. Comunicação social	834
19.7.1. Princípios orientadores da comunicação social.....	835
19.7.2. Princípios a orientar a produção e a programação das emissoras de rádio e TV.....	837
19.7.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	838
19.7.4. Serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (TV).....	839
19.7.4.1. Diferenciação entre os serviços de telecomunicação e de radiodifusão (EC n. 8/95).....	839
19.7.4.2. Concessão, permissão e autorização.....	841
19.7.4.3. Prazo da concessão ou permissão e da autorização.....	841
19.7.4.4. Outorga e renovação (da concessão ou permissão e da autorização).....	841
19.7.5. Conselho de Comunicação Social: órgão auxiliar do CN.....	843
19.7.6. Direito de antena	843
19.8. Meio ambiente.....	844
19.8.1. Conceito de meio ambiente.....	844
19.8.2. Aspectos do meio ambiente	844
19.8.3. Direitos humanos, direito ao desenvolvimento e direito a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.....	845
19.8.3.1. A problemática.....	845
19.8.3.2. Sustentabilidade: solução para a problemática.....	846
19.8.4. A proteção ambiental no constitucionalismo brasileiro	847
19.8.5. Natureza jurídica do meio ambiente e a justiça distributiva entre as presentes e futuras gerações.....	849
19.8.6. Incumbência do Poder Público.....	849
19.8.7. Crueldade contra animais?	851
19.8.7.1. Farra do boi.....	851
19.8.7.2. Rinhas ou brigas de galo.....	851
19.8.7.3. Rodeios de animais, vaquejada, <i>calf roping</i> e <i>team roping</i> (laçada dupla).....	852
19.8.7.4. Animais em circo.....	853
19.8.7.4.1. A origem do circo — breve nota.....	853
19.8.7.4.2. O adestramento de animais em circos.....	853
19.8.7.4.3. O fim dos animais em circos significaria o fim da cultura circense?	854
19.8.8. Exploração de recursos minerais.....	855
19.8.9. Responsabilidade por danos ambientais.....	855
19.8.10. Ecossistemas especialmente protegidos e erigidos à categoria de patrimônio nacional	856
19.8.11. Terras devolutas	857
19.8.11.1. Classificação dos bens públicos: as terras devolutas enquanto bens dominicais.....	857
19.8.11.2. Titularidade	857
19.8.11.3. Terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado necessárias à proteção dos ecossistemas naturais — indisponibilidade	858
19.8.12. Localização das usinas nucleares: necessidade de lei federal	858

19.9. Família, criança, adolescente e idoso.....	859
19.9.1. Família: conceito de entidade familiar.....	859
19.9.2. União homossexual ou homoafetiva (união estável entre pessoas do mesmo sexo).....	860
19.9.3. Transexualidade.....	862
19.9.4. A união estável pode ser reconhecida em relação a uma menor de 14 anos estuprada que veio a se casar com o agressor, para efeitos de extinção de punibilidade quando era admitida (antes da revogação do art. 107, VII, do CP)?.....	864
19.9.5. Família: assistência e proteção contra a violência doméstica.....	865
19.9.6. Casamento: regras gerais; efeito civil; liberdade de crença (centro espírita, candomblé, umbanda etc.).....	865
19.9.7. Divórcio: forma de dissolução do casamento civil.....	866
19.9.8. Liberdade para o planejamento familiar: dignidade da pessoa humana e paternidade responsável.....	866
19.9.9. Criança e adolescente.....	867
19.9.10. Criança e adolescente: proteção especial.....	869
19.9.11. Adoção.....	869
19.9.11.1. Regras gerais sobre adoção.....	869
19.9.11.2. Adoção internacional.....	870
19.9.11.3. Adoção por homossexual ou casal transexual.....	870
19.9.12. Direito de ação de investigação de paternidade: a problemática da submissão coercitiva ao exame de DNA.....	870
19.9.13. Portadores de deficiência.....	871
19.9.14. Inimputabilidade penal.....	872
19.9.15. Dever de reciprocidade entre pais e filhos.....	873
19.9.16. Idosos.....	873
19.9.16.1. Princípios da solidariedade e proteção à luz da “reserva do possível”.....	873
19.9.16.2. Idoso e transporte público: “constitucionalismo fraternal” ou “altruístico” — “ações distributivistas e solidárias” — “direito fraternal”.....	874
19.10. Índios.....	874
19.10.1. Os índios no constitucionalismo brasileiro.....	874
19.10.2. Proteção das “minorias nacionais” e a importância da “terra”.....	875
19.10.3. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	876
19.10.3.1. Bens da União. Terras destinadas à posse permanente dos índios: bens públicos de uso especial.....	876
19.10.3.2. Conceito.....	876
19.10.3.3. Nulidade e extinção dos atos que atentem contra as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios”.....	876
19.10.4. Indigenato: fonte para o direito dos índios sobre as suas terras.....	877
19.10.5. Usufruto exclusivo dos índios e a mineração em terras indígenas.....	877
19.10.6. Regras constitucionais para a remoção dos grupos indígenas.....	878
19.10.7. Demarcação das terras indígenas.....	879
19.10.7.1. Aspectos gerais.....	879
19.10.7.2. Raposa Serra do Sol.....	880
19.10.8. Defesa judicial dos direitos e interesses dos índios.....	882

19.10.8.1. Legitimidade ativa: índios, comunidades, organizações e o MP (Federal ou Estadual)	882
19.10.8.2. Competência: Justiça Federal X Justiça Estadual	882
19.10.9. Educação nas comunidades indígenas	883
19.11. Questões	885
20. OUTROS TEMAS	891
20.1. Explicitação da proposta	891
20.2. “PEC paralela da previdência” (EC n. 47/2005).....	892
20.2.1. Notas introdutórias	892
20.2.2. Teto do funcionalismo (art. 37, §§ 11 e 12).....	893
20.2.2.1. Regras gerais.....	893
20.2.2.2. Importantes questões já decididas pelo STF.....	895
20.2.3. Aposentadorias especiais (art. 40, § 4.º, I, II e III, e art. 201, § 1.º)	898
20.2.4. Aumento da faixa de isenção de contribuição previdenciária para os servidores inativos e os pensionistas que sejam, nos termos da lei, portadores de doença incapacitante (art. 40, § 21).....	899
20.2.5. Ampliação das hipóteses de alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas das contribuições sociais para o financiamento da seguridade social (art. 195, § 9.º)	899
20.2.6. Ampliação do sistema especial de inclusão previdenciária (art. 201, §§ 12 e 13).....	900
20.2.7. Paridade plena entre ativos e inativos (arts. 2.º e 5.º da EC n. 47/2005)	900
20.2.8. Regra geral de transição (art. 3.º da EC n. 47/2005).....	901
20.2.9. Vigência (art. 6.º da EC n. 47/2005)	902
20.3. Quebra do monopólio da União sobre a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e usos médicos, agrícolas e industriais, bem como sobre a produção, comercialização e utilização de radioisótopos de meia-vida curta (EC n. 49/2006).....	902
20.4. Contratação pela administração pública de agentes comunitários de saúde e de agentes de combate às endemias através de processo seletivo público (EC n. 51/2006).....	903
20.5. EC n. 55 e n. 56/2007.....	905
<i>Referências</i>	907